

## **FEMINISMO E MARXISMO: contribuições para o debate por Hartmann, Young e Arruzza**

Lívia de Cássia Godoi Moraes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar as proposições a respeito de proximidades e distanciamentos de marxismo e feminismo pelas autoras Heidi Hartmann (1983 [1975-1977]), Iris Young (1992 [1981]) e Cinzia Arruzza (2010) a partir, especialmente das relações entre capitalismo e patriarcado; produção e reprodução; e sexo/gênero e classe. Limites e avanços das referidas publicações são analisados, a fim de contribuir teórica e politicamente nessa relação.

**Palavras chave:** feminismo, marxismo, capitalismo, patriarcado, sexo/gênero

### **Introdução**

Desde a década de 1970, há um debate pungente a respeito dos “casamentos e divórcios” entre marxismo e feminismo (ou feminismo e marxismo). Do nosso ponto de vista, três autoras são fundamentais para este desenvolvimento teórico: Heidi Hartmann, com o artigo “El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progressista” (1975-1977<sup>2</sup>), Iris Young, com o artigo “Marxismo y feminismo, más allá del ‘matrimonio infeliz’ (una crítica al sistema dual)” (1981) e, por fim, Cinzia Arruzza, com o capítulo de livro “Uma união *queer* entre marxismo e feminismo?”<sup>3</sup> (2010).

O fato de que o texto de Arruzza sobre o tema foi publicado em 2010 demonstra que o debate não foi encerrado, e as aproximações e distanciamentos entre marxismo e feminismo continuam a ocorrer, o que justifica que, em 2019, continuemos a analisar a temática, quanto mais quando a conjuntura da econômica política mundial é de incessante ataque à classe trabalhadora, e quando temos como os mais expressivos movimentos de resistência as manifestações feministas: marcha de mulheres contra Trump (especialmente as racializadas e imigrantes), nos Estados Unidos; a luta pela legalização do aborto (2018) e o #niunaamenos (2015-2016), na Argentina; luta das mulheres contra Bolsonaro #elenão, no Brasil, em 2018; e o 8M, o dia da greve internacional de mulheres,

---

<sup>1</sup> Lívia de Cássia Godoi Moraes é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. Email: liviamoraes@outlook.com

<sup>2</sup> Os primeiros esboços do referido texto circularam entre 1975 e 1977 e tinham a coautoria de Amy S. Bridges, que, posteriormente, abandonou o projeto.

<sup>3</sup> O mencionado capítulo faz parte do livro da mesma autora: Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios”.

cujo manifesto (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRAZER, 2019) deixa claro: trata-se de um feminismo radicalmente anticapitalista.

Nosso objetivo é apresentar as principais teses e limites das três mencionadas publicações, na tentativa de dialogar com as autoras, dado que é bastante importante que uma base teórica feminista marxista seja uma arma revolucionária para enfrentar o avanço da barbárie capitalista do tempo presente.

Por trás dessa relação entre feminismo e marxismo está a relação entre capitalismo e patriarcado, que nos parece ser o ponto fulcral dos três artigos, especialmente a polêmica, por um lado, se são sistemas separados que convergem neste tempo histórico ou se, por outro lado, só faz sentido pensar uma teoria unitária que reúne capitalismo e patriarcado como partes do mesmo sistema.

O artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção trata do sistema dual materialista proposto por Hartmann (1983), em contraposição ao sistema dual das feministas radicais; a segunda seção apresenta a proposta de uma teoria unitária (capitalismo e patriarcado) por Young (1992); a terceira seção apresenta a proposição de união *queer* entre marxismo e feminismo, por Arruzza (2010), mais próxima à teoria unitária de Young, entretanto, tentando pensar os desafios postos pelo tempo presente, de uma economia global, entrelaçando classe e gênero; por fim, a última seção conta com a colaboração da autora deste artigo, com apontamentos sobre limites e alcances do debates mencionados, com sugestões por onde marxismo e feminismo devem caminhar, a partir das contribuições anteriormente apresentadas.

### **Hartmann e o matrimônio infeliz entre marxismo e feminismo.**

Hartmann (1983 [1975-77]) inicia sua argumentação dizendo que o casamento entre marxismo e feminismo se assemelha ao casamento entre esposo e esposa: marxismo e feminismo são unitários, e essa unidade é o marxismo, assim como no casamento convencional, a unidade está no marido. Ela diz que, até então, as tentativas de integrar marxismo e feminismo foram insatisfatórias para as feministas, porque subordinaram a luta feminista à luta mais ampla, contra o capital. Na percepção da estudiosa, ou se constitui um casamento saudável entre marxismo e feminismo ou seria melhor o divórcio total entre eles.

O argumento de Hartmann (1983) é o de que, apesar da análise marxista prover conhecimentos primordiais sobre as leis do desenvolvimento histórico, e do modo de

produção capitalista em particular, as categorias marxistas estão cegas com relação ao sexo. Para essa pesquisadora, contudo, também a análise feminista tem sido cega à história, bem como insuficientemente materialista. Sem negar a importância do marxismo, Hartmann sugere uma nova direção para a análise do feminismo marxista.

Ao propor um novo direcionamento, Hartmann (1983) se centrou, especificamente, na relação entre capitalismo e patriarcado. Para tanto, faz-se necessário diferenciar a noção de patriarcado para Hartmann e para as feministas radicais, com quem ela dialoga no artigo.

As feministas radicais surgiram nos Estados Unidos, no contexto de intensa agitação política dos anos 1960. O *american dream* abalado pelo assassinato de Kennedy e a recusa à Guerra do Vietnã, em uma realidade racista, classista e imperialista, fizeram surgir, nos Estados Unidos, movimentos sociais radicais. Não somente se constituía uma nova esquerda, como as mulheres, no interior do próprio movimento, estavam insatisfeitas sobre como eram tratadas, bem como sobre a forma como a questão da mulher era abordada em seus escritos e agitações.

Esses movimentos radicais não estavam interessados em reformas políticas, estavam interessados em criar novas formas de vida, novas formas de viver. Foi assim que, entre 1967 e 1975, se desenvolveu o feminismo radical (PEDREIRA, 2008).

Em contraste com a abordagem pragmática tomada pelo feminismo liberal, o feminismo radical visa remodelar a sociedade e reestruturar as instituições que enxergam como eminentemente patriarcais [...] Elas lutaram para substituir as relações hierárquicas e tradicionais de poder, que consideravam refletir o viés masculino da sociedade, com abordagens não-hierárquicas e anti-autoritárias de política e organização (GHANDI, 2016, p. 32).

É importante ressaltar que as análises são muito circunscritas ao capitalismo dos países centrais, em especial, dos Estados Unidos. No feminismo radical, destacaram-se duas autoras: Juliet Mitchell e Shulamith Firestone, as quais não negaram completamente o marxismo, mas quiseram colocar seu método à serviço das questões feministas. Inclusive o “radical” é inspirado nas noções marxistas de tomar as questões pela raiz. Tinham por objetivo encontrar a raiz das opressões. Firestone (1970) colocou a reprodução, ao invés da produção como a força motora da história. Contudo, colocou uma ênfase muito forte nas motivações biológicas e psicológicas para a condição da mulher. Hartmann (1983), ao criticar Mitchell, aponta sua incapacidade de analisar a participação

dos aspectos materiais no processo de formação da personalidade e na criação do gênero, ou como o sexo (biológico) se converte em gênero (social).

No sentido já apontado de acento nas questões psicológicas, o principal slogan do movimento feminista radical é “o pessoal é político”.

“Lo personal es político’ significa, para las feministas radicales, que la división de classe original y básica es entre los sexos, y que la fuerza que motiva esto em la historia es el esfuerzo de los hombres para dominar y mantener su poder sobre las mujeres en la dialéctica del sexo (HARTMANN, 1983, s.p.).

A relação entre homens e mulheres é pensada a partir de uma relação de poder, de dominação. “Lo masculino busca poder y dominación: él es egocêntrico e individualista; competitivo y pragmático; el ‘modo tecnológico’ según Firestone, es masculino. Lo femenino es artístico, filosófico, el cuidado y crianza de los niños; el ‘modo estético’ es femenino” (HARTMANN, 1983, s.p.).

Tal relação de poder colocada pela dialética dos sexos das feministas radicais, com raízes biológicas e culturais definem uma noção de patriarcado que, para Hartmann, é bastante complicada, para não dizer pouco rigorosa. O patriarcado refere-se ao sistema social caracterizado pela dominação masculina sobre as mulheres. Ocorre uma universalização histórica do patriarcado que perde de vista as particularidades. A universalização histórica do patriarcado, ou seja, o fato de que a dominação dos homens sobre as mulheres existe na maior parte das sociedades, torna o patriarcado a-histórico.

Esta definición de patriarcado del feminismo radical se aplica a la mayoría de las sociedades que conocemos y no se puede distinguir entre ellas. El uso de la historia por las feministas radicales está típicamente limitado a suministrar ejemplos de la existência del patriarcado em todos los tempos y lugares (HARTMANN, 1983, s.p.).

A concepção de patriarcado hegemônica antes desse desenvolvimento teórico das feministas radicais, seja para os marxistas, seja para as demais principais correntes científico-sociais do ocidente era, segundo Hartmann (1983, s.p.):

[...] el patriarcado se referia a um sistema de relaciones entre hombres que formaban los lineamientos económicos y políticos de sociedades feudales y de algunas prefeudales, em las cuales la jerarquía seguia ciertas características adscritas. Las sociedades capitalistas son entendidas por los científicos sociales burgueses, como meritocráticas,

burocráticas e impersonales. Los marxistas ven las sociedades capitalistas como sistemas de dominación de classe.

Portanto, trata-se de uma proposta de definição de patriarcado nova: como sistemas de relações que permitem/possibilitam a que homens dominem as mulheres. Porém, carece às feministas radicais uma explicação das bases materiais do patriarcado, por exemplo, a divisão sexual do trabalho e controle que os homens exercem sobre a força de trabalho das mulheres. Isso tem impacto, inclusive no controle do corpo e da sexualidade das mulheres.

Ao se centrar na reprodução no lugar da produção social, as feministas radicais perdem de vista a relação intrínseca entre produção e reprodução social na sociedade capitalista. Ao proporem uma espécie de “patriarcado puro”, sem história, sem materialidade, acabam por apagar as particularidades do patriarcado e, em especial, quais os determinantes históricos do patriarcado no modo de produção capitalista.

Esse olhar sobre a particularidade é muito importante, porque também quebra com leituras teleológicas da história dentro do próprio marxismo, na medida em que possibilita afirmar que, mesmo no socialismo, uma sociedade pode permanecer sendo patriarcal. Hartmann (1983) concorda com o fato de que o patriarcado esteve presente na maioria das sociedades que conhecemos, porém afirma que se transformam em forma e em intensidade. Bem como “las mujeres de diferente classe, raza, nacionalidade, estado marital, grupo de orientação sexual, están sujetas a diferentes grados de poder patriarcal” (HARTMANN, 1983, s.p.).

A centralidade na questão da relação de poder entre homens e mulheres é tão grande para as análises das feministas radicais, que passaram a rechaçar a luta conjunta entre homens e mulheres.

Estudantes negros do Student Non-violent Coordination Council (SNCC) (que haviam feito campanha para os direitos civis para os negros) expulsaram os estudantes homens e mulheres brancas na Convenção de Chicago, com a justificativa de que apenas os negros deviam lutar pela libertação dos negros. Da mesma forma, a ideia de que a libertação das mulheres é a luta exclusiva das mulheres ganhou terreno. Neste contexto, as mulheres membros do Students for a Democratic Society (SDS) exigiram que a libertação das mulheres seria uma parte de seu conselho nacional em sua convenção em junho de 1968. Mas foram vaiadas e votaram contra. Muitas destas mulheres saíram e formaram a Women’s Radical Action Project (WRAP) em Chicago. Mulheres de dentro da New University Conference (NUC) – um corpo a nível nacional de estudantes universitários, funcionários e professores que queriam um EUA socialista – formaram um caucus de

mulheres. Marlene Dixon e Naomi Wisstein de Chicago lideraram este processo. Shulamith Firestone e Pamela Allen começaram atividades semelhantes em Nova York e formaram o New York Radical Women (NYRW). Todas elas rejeitaram a visão liberal que mudanças nas leis e uma emenda de direitos iguais resolveriam os problemas da opressão da mulher e acreditavam que toda a estrutura da sociedade deveria ser transformada. Daí, chamavam a si mesmas de radicais. Sustentaram a opinião que grupos e partidos mistos (homens e mulheres) como o Partido Socialista, SDS, New Left não seriam capazes de levar adiante a luta pela emancipação da mulher e um movimento de mulheres, autônomo dos partidos, seria necessário (GANDHI, 2016, p. 26).

Hartmann (1983) não nega a classe, o que teria repercussões graves à luta anticapitalista. Sua proposta é sobre como aproximar o marxismo e o feminismo. Para tanto, propõe uma nova concepção de patriarcado:

[...] el patriarcado como um conjunto de relaciones sociales que tiene una base material y em la cual hay relaciones jerárquicas entre los hombres y solidaridad entre ellos, lo que les permite dominar a las mujeres. La base material del patriarcado es el control de los hombres sobre la fuerza de trabajo de las mujeres. Dicho control se mantiene negando acceso a las mujeres a los recursos productivos economicamente necesarios y restringiendo su sexualidade (HARTMANN, 1983, s.p.).

Com essa nova proposta de definição de patriarcado, Hartmann (1983) busca tornar mais próxima a relação entre capitalismo e patriarcado, ao apontar para a base material do patriarcado, relacionando a hierarquia entre homens e mulheres com a divisão do trabalho.

Ao produzir sua crítica, Hartmann (1983) também aponta para o interesse, no interior do proletariado, de se manter uma relação de controle dos homens sobre as mulheres, principalmente quando argumentavam que a entrada das mulheres no mercado de trabalho reduzia os próprios salários dos homens, de modo que seria melhor que elas continuassem cumprindo suas tarefas no lar. Também critica uma leitura mecanicista marxista que afirmava que o patriarcado desapareceria frente à necessidade do capitalismo de proletarizar a todos e todas. Segundo a estudiosa, os que faziam esse tipo de afirmação subestimaram a força e a flexibilidade tanto do patriarcado quanto do capital.

Hartmann (1983) propõe, a partir de toda essa análise, uma união mais progressista entre marxismo e feminismo para, dessa forma, organizar uma prática que se dirija tanto contra o patriarcado como contra o capitalismo. “[...] mientras que los

hombres han luchado por más tiempo contra el capital, las mujeres sabemos por qué luchar” (s.p.).

### **Young: para além de uma aliança progressista**

Se Hartmann (1983) fez grandes avanços no que diz respeito à relação entre marxismo e feminismo, Young quer ir além. Para a mencionada pesquisadora, apesar de Hartmann ter dado bases materiais ao patriarcado, ainda tratou capitalismo e patriarcado como um sistema dual. Young (1992 [1981]) propõe uma teoria unitária. Diz a autora:

Yo plantearé, sin embargo, que la teoría del sistema dual no puede reparar el infeliz matrimonio del marxismo y el feminismo. Hay buenas razones para creer que la situación de la mujer no está condicionada por dos sistemas distintos de relaciones sociales que tienen estructuras, dinámicas e historias distintas. Es más, el marxismo feminista no puede contentarse con un mero “matrimonio” de dos teorías – marxismo y feminismo – que reflejan dos sistemas: el capitalismo y el patriarcado. Por el contrario, el proyecto del feminismo socialista debe ser el desarrollar una teoría única, aprovechando lo mejor del marxismo e del feminismo radical, para comprender el patriarcado capitalista como un sistema em el cual la opresión de la mujer es un atributo central (YOUNG, 1992, s.p.).

Young (1992) concorda com as críticas que Hartmann (1983) faz às feministas radicais, principalmente no que diz respeito ao acento exagerado nos cuidados dos filhos e no fato de considerarem o patriarcado um fenômeno psicológico ou cultural, apartado da materialidade real concreta, estático e a-histórico.

Apesar de estar de acordo com Hartmann nos aspectos mencionados, Young (1992) observa que, mesmo que tendo proposto bases materiais para o patriarcado, ela ainda posiciona o capital e o patriarcado como formas distintas de relações sociais, com conjuntos distintos de interesses. Coexistem, porém, não necessariamente se relacionam. Para Hartmann, segundo a leitura de Young, há leis de transformação específicas do patriarcado, que se diferem das leis gerais do capitalismo.

Se Hartmann (1983) afirma que as relações sociais patriarcais dentro do capitalismo contemporâneo não se restringem ao âmbito da família, mas alcançam o espaço do trabalho assalariado bem como outras instituições fora do lar, torna difícil olhar para o patriarcado e o capitalismo como sistemas distintos, portanto de forma dual. “Parece razonable, sin embargo, admitir que, si el patriarcado y el capitalismo se

manifiestan en estructuras económicas sociales idénticas, entonces pertenecen a un sistema, y no a dos” (YOUNG, 1992, s.p.). Corre-se o risco, em se mantendo uma análise dual, de se propor que o patriarcado seja um modo de produção em si mesmo, alertou Young (1992).

A separação do que ocorre no centro da família (trabalho não pago) do que ocorre no âmbito do trabalho pago faz com que faltem ferramentas de análise para entender a opressão sexista, podendo servir aos interesses do próprio capitalismo.

Young (1992) sugere às feministas que não “casem” com o marxismo, mas que se apropriem das análises das relações de produção e das relações sociais do marxismo para propor uma teoria que tome o trabalho das mulheres como central, portanto, “[...] um sistema único en el cual la diferenciación de género es un atributo central” (YOUNG, 1992, s.p.).

Assim como o sistema de classes é categoria central de análise para o marxismo tradicional, Young (1992) propõe que a “divisão do trabalho por gênero” seja categoria central dessa teoria unitária a ser proposta pelas feministas. Em concordância com Hartmann (1983), para Young (1992), o conceito de classe é “sem dúvida” cego ao gênero. Segundo a pesquisadora, a categoria “divisão do trabalho” permaneceu sem desenvolvimento após importante explanação de Marx e Engels em “A ideologia Alemã”.

Young (1992) procura avançar com relação à Hartmann (1983) ao dizer que as tarefas tradicionais da mulher no lar também cabem dentro da categoria trabalho, aproximando produção e reprodução como parte das relações sociais. As relações de gênero e a posição da mulher devem estar no centro da análise materialista histórica, de modo a relacionar a emergência da sociedade de classes à divisão do trabalho por gênero sem, com isso, repetir o equívoco das feministas radicais de afirmar que a sociedade de classes deriva da opressão sexual.

Outro elemento que já aparece em Hartmann (1983) e que é reforçado por Young (1992) é a importância da relação entre universal e particular, para quem a divisão do trabalho por gênero evita generalizações de que as mulheres em diferentes espaços geográficos e tempos históricos sofrem da mesma forma a opressão sexual. Há variações de graus de subordinação das mulheres aos homens, inclusive com relação à raça, origem étnica etc.

Feito esse desenvolvimento teórico, Young (1992) apresenta sua tese central: “[...] la marginalización de la mujer y, por consiguiente, nuestro funcionamiento como uma

fuerza laboral secundária, es una característica fundamental e essencial del capitalismo” (YOUNG, 1992, s.p.).

Sem usar o conceito de Marx (2013), Young (1992) diz que a mulher compõe a *superpopulação relativa*, que responde às flutuações em torno da massa empregada. Citando Saffioti, ela coloca os homens no núcleo central ou como trabalhadores primários, e as mulheres como trabalhadoras secundárias ou marginais. O capital precisa de critérios para absorver ou não uma determinada quantidade de trabalhadores no mercado de trabalho, respondendo às necessidades do capital. Assim, elege critérios. O capitalismo se utiliza de critérios técnicos e raciais, mas o mais óbvio e permanente tem sido a divisão por sexo. A depender da conjuntura, os trabalhadores homens bem pagos são trocados por mulheres mal remuneradas.

Ainda assim, mesmo que tidas como secundárias, os capitalistas continuam a promover a ideologia da “feminilidade doméstica” para justificar baixos salários, sua indispensabilidade no lar e para impedir que se organizem (YOUNG, 1992, s.p.).

Ainda, para defender a sua teoria unitária, em contraposição à teoria dual, Young (1992) fala das implicações práticas da teoria. Segundo ela, seria muito difícil fazer uma luta contra o patriarcado (na definição materialista posta por Hartmann) em separado da luta contra o capitalismo. No máximo, ela consegue citar a luta por direitos reprodutivos.

Mas, se recorrermos a publicações contemporâneas àquelas, como a de materialistas francesas, tal qual Guillaumin (2014), para quem a mulher é uma fábrica de fazer filhos, portanto, de produzir força de trabalho, cuja vida é, não somente explorada e oprimida, mas também seu corpo apropriado privada e coletivamente, veremos que nem os direitos reprodutivos seriam exceção.

Assim, para Young (1992), a luta é uma só e urgente: contra o capital e contra o patriarcado, que compõe um único sistema.

### **Arruzza: a união *queer* entre marxismo e feminismo.**

Diante da pergunta inicial de Hartmann sobre o casamento saudável entre marxismo e feminismo ou o divórcio total, Arruzza (2010), face ao enorme processo de feminização do trabalho diante da mundialização do capital, descarta, sem grandes preocupações, a possibilidade do divórcio.

Contudo, no século XXI, Arruzza (2010) continua constatando a dificuldade da teoria marxista integrar os debates de divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução

capitalista e de como a ideologia patriarcal se relaciona com a dinâmica da acumulação. Bem como, observa que movimentos e teóricas do feminismo têm feito a retirada da categoria classe de suas análises, em nome de uma sororidade universal das mulheres.

Em Arruzza (2010), a relação entre capitalismo e patriarcado também aparecem como relevantes, com proximidade à teoria unitária. Contudo, nos parece que uma nova relação parece primordial no referido capítulo: a relação entre classe e gênero. “A questão não é se a classe antecede o gênero ou vice-versa, mas como o gênero e a classe se entrelaçam” (ARRUZZA, 2010, p. 138).

Um ponto de vista que ligue as intersecções e que decifre a complexa relação entre os vestígios patriarcais que vagueiam como fantasmas sem morada pelo mundo capitalista globalizado e as estruturas patriarcais que, por sua vez, foram integradas, utilizadas e transformadas pelo capitalismo, requer uma renovação do marxismo capaz de ir mais além da oposição entre cultural e econômico, material e ideológico. Um projecto político que tenha como objetivo a reconstrução de um novo movimento operário requer uma reflexão séria sobre o modo como gênero e raça influenciam tanto a composição da força de trabalho como processos de subjectivização. Além disso, exige que se acabe finalmente com a rivalidade a respeito da opressão principal (ARRUZZA, 2010, p. 137-8).

Segundo explicação de Nancy Fraser (apud Arruzza, 2010, p. 129), a teoria *queer* não tem por objetivo a reivindicação de uma identidade homossexual, transexual ou intersexual, mas desconstruir a dicotomia homossexual/heterossexual. Portanto, assim como a teoria revolucionária marxista quem o fim das classes sociais, a teoria *queer* quer o fim do gênero.

Quando Arruzza (2010) fala de união *queer*, ela está se referindo às tentativas equivocadas de fazer do gênero uma classe ou da classe um gênero, pulverizando relações pessoais e as reduzindo a opressões singulares, a esperar um espaço na fila pela inclusão no projeto de emancipação.

#### **Marxismo feminista e feminismo marxista<sup>4</sup>**

Essa recuperação do debate demonstra a relevância política dessa aproximação entre marxismo e feminismo, ao mesmo tempo em que aponta para algo primordial ao marxismo: a autocrítica. Karl Marx, até o final da vida, repensou a teoria que produziu.

---

<sup>4</sup> Esta seção pretende ser aprofundada e desenvolvida em futuras publicações.

Musto (2018), em biografia dos dois últimos anos de vida de Marx, apresentou um pesquisador que ainda fazia profundas descobertas no campo da antropologia e da propriedade comum nas sociedades pré-capitalistas, por exemplo, para aprimorar a sua crítica da economia política.

Da década de 1970 aos dias atuais, foram traduzidas e publicadas muitas obras inéditas de Marx, bem como o próprio marxismo se desenvolveu, especialmente no que diz respeito à crítica dialética a um materialismo histórico economicista<sup>5</sup>. Tal crítica torna muito equivocado tratar a reprodução em separado da produção social, quanto mais afirmar que o patriarcado é parte da superestrutura ou apenas uma expressão ideológica da produção econômica.

Também consideramos que essa (re)visitação à obra de Marx pode invalidar essa afirmação de que Marx e marxismo são cegos em relação ao sexo/gênero<sup>6</sup>. Ao falar de classe e divisão do trabalho, Marx não ignorou a questão da mulher. Podemos dizer que são apontamentos não aprofundados, mas não que Marx era cego no que diz respeito às mulheres na composição social das classes. Outros marxistas, como István Mészáros, dedicaram espaço em suas obras para discutir especificamente a libertação da mulher<sup>7</sup>.

Além de um exercício na utilização do método materialista histórico dialético, se faz necessária uma análise ontológica do ser social mulher na sociedade capitalista para entender o patriarcado em sua intrínseca relação com o modo de produção capitalista, observando diferentes níveis de abstração na análise, que deem conta da relação universal, particular e singular.

As autoras chamam atenção, e estamos de acordo com elas, para a necessidade de pesquisas empíricas, que nos permitam melhor nos apropriarmos da materialidade concreta da sua posição de mulher (em toda a sua heterogeneidade de classe, raça e orientação sexual), que sobre opressão patriarcal, na sociedade capitalista.

O rigor teórico, a observância do método, a análise da materialidade concreta e proposição política de um feminismo anticapitalista podem ser fortes instrumentos na luta contra a barbárie capitalista que se aprofunda velozmente com a mundialização financeira do capital. Tal arcabouço pode revelar que uma revolução social só se concretiza se o marxismo for feminista, e se o feminismo for marxista.

---

<sup>5</sup> Para este debate, ver Moraes (2017).

<sup>6</sup> O debate em torno do uso dos conceitos sexo e gênero podem ser encontrado em Cisne (2014) e Scott (1986).

<sup>7</sup> Para este debate, ver Mészáros (2002) e Moraes (2018).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARUZZA, Cinzia. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo?. In: \_\_\_\_\_. **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios**. Lisboa: Combate, 2010.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GHANDI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. São Paulo: Raízes da América, 2016.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica et al. **O patriarcado desvendado**. Recife: SOS Corpo, 2014.

HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progressista. **Teorya y practica**, 12-13, 1983 [1975-1977], mimeo

MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Mézszáros, sobre a emancipação das mulheres: um aporte teórico-político para as mulheres da classe trabalhadora no Brasil. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, vol 3, n. 5, 2018.

\_\_\_\_\_. Pressupostos teórico-metodológicos para uma análise feminista: da relevância do materialismo histórico dialético. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 10, 2017, Los Polvorines. Anais da X Jornadas de Economía Crítica, Los Polvorines: Universidade General Sarmiento; Sociedad de Economía Crítica, 2017, p 01-16. Disponível em . Acesso em 10 de novembro de 2017.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEDREIRA, Elena Beltrán. Feminismo radical. In: BELTRÁN, E. et al (Orgs). **Feminismos: debates teóricos contemporâneos**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, mimeo, 1986. Disponível em

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

YOUNG, Iris. Marxismo y feminismo, más allá del “matrimonio infeliz” (uma crítica al sistema dual). In: **El cielo por assalto**, año II, n. 4, 1992 [1981] mimeo.